

Começa a redução da dívida interna

Renegociação da Siderbrás foi feita com grande deságio e fórmula será repetida

NELSON TORREÃO E
LUCIANO SUASSUNA

BRASÍLIA - Sem fazer alarde, o governo federal começou na terça-feira o processo de renegociação e redução da dívida com empreiteiras e bancos privados. O alongamento da dívida (com juros menores e prazos maiores) ou o deságio puro e simples foi aplicado na dívida de US\$ 4 bilhões que a Siderbrás mantinha em debêntures — títulos semelhantes a ações que estavam, quase integralmente, nas mãos de bancos privados. Segundo cálculos do Departamento do Tesouro, o deságio na negociação das debêntures da Siderbrás foi de, no mínimo, 30%, por causa do alongamento da dívida, que agora será paga em dez anos, com quatro anos de carência.

“Vamos oferecer aos credores do governo opções entre a rolagem com prazos maiores ou o pagamento com deságio”, explica o diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Figueiredo, que não dá números da dívida com fornecedores. Calcula-se que empreiteiras e bancos privados têm a receber mais de US\$ 10 bilhões do governo.

A rolagem e o deságio baseiam-se numa lógica política. O Plano Collor confiscou poupanças, alongando a dívida interna. Depois, começou a redução da dívida externa.

“O governo não tinha como pagar integralmente seus credores internos”, explica um integrante do primeiro escalão. “Ou eles aceitam o deságio e recebem logo sua parte ou terão de conviver com prazos maiores.”

O primeiro passo para formalizar a redução das dívidas foi dado pelo Relatório Wellisch, preparado pelo atual chefe de gabinete da ministra Zélia Cardoso de Mello, Luiz Fernando Wellisch, que fez um levantamento completo das relações comerciais entre governo federal, empresas estatais, Estados, municípios e fornecedores privados. O relatório foi a primeira tentativa de medir o rombo nessa área, mas, para evitar pressões, tem sido guardado a sete chaves.

O segundo passo foi dado pelo Decreto nº 99.608, de 13 de outubro, que criou um grupo de trabalho para renegociar a dívida indicada no relatório Wellisch. O grupo é formado por apenas quatro pessoas: o secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, o secretário-executivo do Ministério da Infra-Estrutura, Simá Medeiros, o diretor do Departamento de Macroestratégias da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Pedro Bara, e o próprio Wellisch.

SIDERBRÁS

O primeiro resultado desse trabalho foi a renegociação da dívida da Siderbrás, empresa em liquidação. Entre 1986 e 1988, a Siderbrás, holding da siderurgia estatal, assu-

miu as dívidas de suas subsidiárias para permitir o saneamento financeiro dessas empresas. Agora, com a liquidação, teria de passar para o Tesouro o rombo de US\$ 4 bilhões. Numa renegociação fechada na terça-feira, os credores aceitaram um acordo pelo qual a dívida será rolada por dez anos, com quatro de carência. Além disso, os juros serão reduzidos da taxa de mercado para apenas 6% ao ano.

Essas duas operações embutem uma formidável redução de dívida. Ao final dos dez anos, o rombo da Siderbrás deve cair pela metade, levando-se em conta uma taxa de juros de mercado de 18% ao ano. Do ponto de vista político, a principal vitória do governo foi manter fechado, para o pagamento de dívidas, o cofre do Tesouro, que tem engordado, mensalmente, com cerca de US\$ 260 milhões obtidos com o excesso de arrecadação e a venda de Certificados de Privatização.

O segundo ato da redução da dívida deve ocorrer no plenário do Congresso. Pelo acordo fechado na terça-feira, as debêntures serão substituídas por títulos do Tesouro Nacional após autorização do Legislativo. Para os credores do governo, resta a opção de alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que proíbe a negociação de títulos financeiros no mercado secundário. Só assim eles podem conseguir transformar o papel da Siderbrás em dinheiro vivo — pagando, evidentemente, um deságio.